

GUERRA ÀS DROGAS

Brasil não tolerará intervenção na Amazônia

Mas Plano Colômbia pode ter vários efeitos sobre o País, diz contra-almirante

LIÈGE ALBUQUERQUE

BRASÍLIA - O governo brasileiro não vai tolerar nenhuma intervenção multinacional de caráter militar na Amazônia brasileira resultante do Plano Colômbia, disse ontem o contra-almirante Hélcio Blacker Espozel, subchefe de Inteligência do Ministério da Defesa. Ele falou em audiência pública na Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional sobre a repercussão militar e ecológica do plano para combater o narcotráfico na Colômbia.

Segundo Espozel, o governo considera a situação da Colômbia um problema interno daquele país. "Mas se houver algum atentado na nossa fronteira, o governo não vai titubear em enviar as Forças Armadas, que estão tradicionalmente já guardando nossas fronteiras", afirmou. "Sem esses recursos, há pena de comprometer o enfrentamento dos efeitos do Plano Colômbia que poderão afetar o Brasil."

Esponzel declarou que há pouca possibilidade do emprego de tropa federal em operações militares. "Porém, há uma intensa atividade no apoio aos órgãos governamentais na área de segurança pública, saúde, assistência social, meio ambiente e comunicação que necessitam de recursos financeiros", destacou.

O contra-almirante relatou, pela primeira vez oficialmente, uma longa série de efeitos possíveis do plano sobre o País. Para o governo brasileiro, um dos reflexos graves seria uma imigração clandestina e desordenada na faixa da fronteira. Outra consequência nociva do plano seria a presença de grupos guerrilheiros no território nacional e violações da fronteira "por tropa armada de qualquer natureza".

Além disso, poderiam ocorrer absorção pela população local da cultura da violência e do narcotráfico; deslocamento das unidades de produção e processamento da pasta base da coca para o território nacional; aumento do fluxo de produtos químicos para a Colômbia; aumento do tráfico de armas e drogas para as guerrilhas colombianas; danos ao meio ambiente; esvaziamento do interior, com a população migrando para os núcleos urbanos devido ao medo da violência; e a possibilidade de maior pressão externa para o envolvimento militar do Brasil no conflito.

Os aspectos ambientais sobre algumas intenções do Plano Colômbia também foram objeto da audiência. De acordo com o diretor do programa nacional de conservação de biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Ferreira de Souza Dias, tanto o controle químico quanto o biológico sobre as plantações de coca na Colômbia podem ser prejudiciais.